



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/PU Nº 025/2015

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO UFPB/PU Nº ____/20__

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA – UFPB E A EMPRESA (nome da
empresa), CNPJ Nº (CNPJ da empresa),
PARA A (definir construção/reforma do
objeto licitado), DE ACORDO COM AS
CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB, Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecida no Edifício da Reitoria, Campus I, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representada pela Reitora, MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a Empresa **(nome da empresa contratada)**, CNPJ Nº **(CNPJ da empresa contratada)**, sediada à **(endereço da empresa contratada)**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr(a). **(nome do Representante Legal da empresa contratada)**, CPF Nº **(CPF do Rep. Legal da empresa contratada)** e RG nº. **(RG e Órgão Expedidor do Rep. Legal da empresa contratada)**, resolvem celebrar por força do presente instrumento de Contrato, oriundo do Processo Nº **(nº do processo)** /UFPB/PU, referente à(ao) **(Pregão/Tomada de**

Preços/Concorrência Pública UFPB/PU Nº XXX/20XX), de acordo com as cláusulas e condições seguintes que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTEÚDO

Integram este contrato, independentemente de transcrição, e terão plena validade, o edital, seus anexos, termo de referência e proposta de preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documento que compõem o Processo referentes à (ao) **(Convite/Tomada de Preços/Pregão Eletrônico XX)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO

O presente Contrato rege-se pelas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e alterações posteriores, bem como a Lei complementar 123/2006, regulamentada pelo Decreto Nº 6.204/07, Instrução Normativa Nº 2 de 30/04/2008 da SLTI/MPOG.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

Compõe-se o Objeto do presente Instrumento, o(a) **(objeto licitado)**, com valor básico de: **R\$ (valor em algarismos) (valor por extenso)** e prazo de execução de **(prazo de entrega do material)** dias.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

1. A entrega do material será dentro do prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho pela empresa Contratada, emitida pela Prefeitura Universitária correspondente ao Objeto;

2. Fornecer os materiais em estrita conformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência, edital e seus Anexos;

3. Substituir ou recuperar o bem que, após a entrega e vistoria técnica, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos após a sua efetiva comunicação.

4. Acatar as instruções do Fiscal, designado pela Divisão da Prefeitura Universitária correspondente ao Objeto, decorrentes do controle de qualidade e de execução dos Contratos;

5. Comunicar, sempre por escrito, qualquer assunto relacionado com a fiscalização, condução e entrega dos materiais;

6. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, se for o caso desta modalidade, total compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de especificação exigidas no Termo de Referência.

7. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, durante toda a vigência do contrato e consequente execução da obra, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

8. Substituir ou recuperar o bem que, após a entrega e vistoria técnica, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos após a sua efetiva comunicação.

9. Entregar o material objeto deste Termo de Referência no almoxarifado da Prefeitura Universitária da UFPB nos mesmos prazos e preços estipulados.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos materiais será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Universitária, podendo ser prorrogado a critério da Administração e de acordo com o Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

1. O presente contrato terá vigência de ____ dias ou meses (em algarismos e por extenso) dias, após a emissão da Nota de Empenho.

2. As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da emissão da nota de empenho ou documento equivalente

CLÁUSULA SEXTA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1. O material – objeto desta licitação – a ser adquirido será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, com atribuições específicas.

2. A Fiscalização é exercida no interesse da Administração; não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas contratuais.

4. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DE ENTREGA

1. A Fiscalização do objeto do presente contrato será realizada pelo servidor previamente designado através de Portaria exarada pelo Sr. Prefeito Universitário, na forma restrita à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais amplo e completo controle sobre o objeto deste Contrato, diretamente ou por prepostos designados;

2. É vedado à CONTRATANTE e seu representante exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado nos termos do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

1. A rescisão contratual obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

2. Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE, não caberá à CONTRATADA direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo segundo da Lei nº 8666/93.

3. Reconhece a CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no parágrafo primeiro do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR

O valor global do presente Contrato é de **R\$ (valor em algarismos) (valor por extenso)**, que a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA de acordo com cláusula Décima Segunda e Décima Terceira do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de Recurso do Tesouro, Elemento de Despesa **339030 e/ou 339039 e/ou 449051** e Exercício Financeiro do ano de **20XX**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado através de medições parciais, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data de liberação da fatura parcial, pela Fiscalização da PU;

2. Para cada pagamento efetivado pela administração, há que existir a prévia verificação da regularidade da CONTRATADA com o Seguro Social (INSS/FGTS) correspondente ao mês da última competência vencida, na forma do § 4º do artigo 31, Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada pela Fiscalização, conforme disposto nos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, bem como a apresentação de uma via da folha de pagamento do mês anterior ao do faturamento vincendo, compatível com o efetivo declarado.

3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial – TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = \{(1+TR/100)N/30-1\} \times VP,$$

Onde,

TR = Percentual retribuído a Taxa Referencial – TR;

EM = Encargos Moratórios

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Responsabilizam-se CONTRATANTE e CONTRATADA a respeitarem integralmente os termos pactuados neste Instrumento Contratual e nas demais condições estabelecidas no Edital, ressalvadas à Administração as prerrogativas asseguradas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

1. O atraso injustificado na entrega do material sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, nos termos do Art. 86, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, e na forma prevista na legislação federal em vigor:

a) A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei;

b) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia deste contrato;

c) Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a aplicação das sanções previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93. A administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) As sanções previstas nas alíneas a) e c) desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b), facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

3. Fica estabelecida a cobrança de multas nos valores e circunstâncias seguintes:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato atualizado, até 30 (trinta) dias, a título de mora, por inadimplência, quer na entrega do material licitado, quer na assinatura do contrato;

b) 0,7% (zero vírgula sete por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, atualizado, após 30 (trinta) dias, título de mora, por inadimplência, quer na entrega do material licitado, quer na assinatura do contrato;

c) 10% (dez por cento) sobre o saldo, atualizado, do contrato por inexecução parcial da entrega do material.

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, atualizado, no caso de inexecução total da entrega do material.

e) A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Secretaria Administrativa da Prefeitura Universitária da UFPB.

f) Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado da Garantia de Execução, Nota de Empenho ou crédito existente a que a empresa vencedora fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da empresa CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

g) A aplicação em cada caso, das multas previstas, não prejudicará as cominações legais previstas no Art. 86 e Parágrafos da Lei nº 8.666/93, sempre assegurada a prévia defesa.

h) As sanções previstas nos Incisos III e IV do Art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão também ser aplicadas nos casos previstos pelo Art. 88 e seus incisos.

i) De conformidade com o Art. 86 e seus Parágrafos da Lei nº 8.666/93, as multas de mora previstas nos subitem anteriores serão lançadas no SICAF como “Ocorrências sobre o fornecedor”.

j) Além das penalidades previstas nos subitem anteriores, a Administração poderá inativar o cadastro do inadimplente junto ao SICAF, na forma prevista na I.N./MARE nº 05, de 21.07.95, alterada pela I.N./MARE nº 09, de 16.04.96.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de João Pessoa (PB), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente termo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos estabelecidos.

João Pessoa, XX de XX de 20XX.

(nome do representante legal da CONTRATADA)
REPRESENTANTE LEGAL

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA M. DINIZ
REITORA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: